

V – Segurança Pública



Segurança Pública



SEGURANÇA PÚBLICA

Nos últimos 12 anos, a partir da criação e atuação da Senasp, o Governo Federal tem estabelecido diretrizes que estruturam uma política nacional na área de Segurança Pública, voltada não apenas para a modernização e o aprimoramento das forças policiais, em parceria com os Estados, mas também para a construção de ações que incidem sobre as causas da violência e da criminalidade. Desde o primeiro PNSP, lançado em 2000, a Senasp reconheceu a necessidade de envolvimento dos diferentes órgãos governamentais, em todos os níveis, e das entidades da sociedade civil no desafio de implementar ações que surtissem efeito na diminuição das taxas de crime e violência, com estratégias de fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Pública.

Nesse contexto, o Pronasci, instituído em 2007, coordena e promove esforços no campo da prevenção, de controle e da repressão da criminalidade, além de incrementar a qualificação dos profissionais de Segurança Pública e Justiça Criminal. Consiste em várias ações de natureza estrutural e outras de caráter local, nas áreas de apoio à implementação de políticas sociais e de segurança cidadã, fortalecimento de instituições de Segurança Pública, construção e modernização de estabelecimentos penais, valorização dos profissionais e operadores de Segurança Pública, campanha nacional de recadastramento e desarmamento, entre outras, mediante ações que articulam segurança pública e políticas sociais, abarcando 23 Estados, o Distrito Federal, mais 170 Municípios e quatro consórcios intermunicipais. Para 2011, o Pronasci contará com recursos da ordem de R\$ 2.100 milhões.

Entre as medidas estruturais, voltadas para as instituições de Justiça e segurança, destaca-se o projeto Bolsa Formação, direcionado para policiais civis e militares, bombeiros, agentes penitenciários e peritos criminais e guardas municipais, o qual concede auxílio financeiro para participação em cursos organizados pelo MJ, dentro da visão de polícia comunitária, em parceria com mais de 60 universidades públicas e privadas em vários Estados. Até 2009, mais de 176 mil agentes de Segurança Pública já foram capacitados, com mais de R\$ 800 milhões investidos em formação. Em 2010, foram alocados à iniciativa R\$ 602 milhões, com o objetivo de contemplar mais 125 mil profissionais de Segurança Pública. Este esforço terá continuidade em 2011, quando contará com R\$ 638 milhões. Além desse projeto, o Pronasci atua com um conjunto de ações voltadas à valorização profissional no setor, com cursos de tecnólogo e mestrado em Segurança Pública, de atendimento a grupos vulneráveis e de utilização de tecnologias não letais.

Entre os investimentos de caráter local, ênfase tem sido dada às comunidades vulneráveis das cidades pertencentes às regiões metropolitanas, onde se encontram os mais altos níveis de violência, grande número de jovens em situação de risco e famílias expostas à violência urbana. Um exemplo é o Projeto Mulheres da Paz, que contempla mulheres líderes comunitárias em regiões conflagradas, as quais passam por capacitação em temas como ética, direitos humanos, cidadania e mediação de conflitos e recebem bolsa de R\$ 190,00 mensais. Elas contam com o apoio de equipes multidisciplinares para atuar como multiplicadoras do Pronasci e divulgar o Programa nas comunidades, identificando famílias com necessidade de assistência e jovens que possam ser atraídos para o Protejo. O número de bolsas concedidas até maio de 2010 é de aproximadamente 13.479 e, até o fim do ano, esse montante deve chegar a aproximadamente 15 mil mulheres, tendo em vista muitas estarem começando a capacitação.

O Projeto presta assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens de 15 a 24 anos. Cada jovem recebe uma bolsa de R\$ 100,00 por mês durante um ano. No período de janeiro a maio de 2010, estavam cadastrados 1.521 jovens. Para este ano, estima-se que sejam aplicados nesse projeto o valor de R\$ 21 milhões.

O Pronasci mantém, ainda, ações destinadas aos jovens privados de liberdade, para fortalecer a sua participação em programas como o Projovem, o Projeja e o PSF.

Cabe ressaltar que o Pronasci deve agir, quando possível, em conjunto com o PAC, nas regiões em que forem implantadas obras de urbanização para recuperação de espaços urbanos e melhoria de infraestrutura das comunidades. Na segunda etapa do PAC, o Pronasci terá um aporte de recursos no valor de R\$ 3,2 bilhões, dos quais R\$ 1,6 bilhão será investido na estruturação de postos de polícia comunitária e R\$ 1,6 bilhão, na construção de espaços integrados voltados aos jovens. Nesse sentido, foram alocados R\$ 350 milhões, em 2011, para a construção de 723 postos de polícia comunitária, bases que permitirão que os policiais se relacionem com os cidadãos e garantam a ambiência necessária para o ingresso dos demais serviços públicos, bem como orientem a atividade policial na identificação de indivíduos procurados e o mapeamento de organizações criminosas, reduzindo as ações generalizadas e seus danos.

A Senasp ainda tem despendido esforços para aprimorar o sistema de dados e informações para o gerenciamento da política de Segurança Pública, com a criação do Sinesp, passo fundamental para a consolidação de um sistema nacional de gestão do conhecimento em Segurança Pública. O investimento nesse sistema permite aumentar a racionalidade quanto à utilização dos recursos do FNSP, dentro da proposta de estruturação de um Susp. Os percentuais do FNSP repassados para os Estados e Municípios, bem como o número de equipamentos fornecidos para o reaparelhamento das polícias em 2010, têm sido determinados pelas informações obtidas a partir desse monitoramento realizado pela Senasp. Em 2011, serão destinados recursos no montante de R\$ 331 milhões para dar seguimento a esta iniciativa.

Os recursos do FNSP são utilizados, também, na formação de policiais para compor a Força Nacional de Segurança Pública, a qual atende às necessidades emergenciais dos Estados, dentro de um modelo bem sucedido de cooperação federativa. Nessa vertente de atuação do Governo Federal, serão alocados recursos orçamentários no valor de R\$ 56,8 milhões.

A União atua, também, diretamente no combate à criminalidade, por meio das Polícias Federal e Rodoviária Federal, principalmente no que diz respeito ao crime organizado, à corrupção, ao tráfico de pessoas, à exploração sexual de crianças e de adolescentes, aos crimes contra o meio ambiente e aos crimes transnacionais.

A Polícia Federal continuará envidando esforços para o fortalecimento do órgão e a intensificação das ações de cooperação com outras instituições dos Poderes Executivo e Judiciário, TCU e MP, de forma a ampliar as operações especiais contra o crime organizado – reprimindo o tráfico de entorpecentes, o contrabando, a corrupção, a lavagem de dinheiro, as fraudes em licitações, entre outras – e a manutenção da política de expansão internacional no combate ao crime transacional e recuperação de ativos. A instituição dará atenção especialmente dirigida às fronteiras do País, por meio da Operação Sentinela, essencial para a consecução dos objetivos elencados do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas. Serão alocados recursos, da ordem de R\$ 838,4 milhões, para a manutenção administrativa e operativa, a continuidade da construção das novas sedes da Polícia Federal nos Estados de Roraima e do Acre, e do Comando de Operações Táticas no Distrito Federal, a reforma e modernização de diversas unidades em todo o território federal, para a manutenção do Sisvant, a implementação do Projeto Pró-Amazônia/Promotec 2 e acordo de cooperação com os governos da França e Alemanha, envolvendo a aquisição de material e tecnologia.

A Polícia Rodoviária Federal manterá a sua presença ostensiva nas rodovias federais, pontuando suas intervenções no combate a ilícitos, principalmente roubo de veículos e cargas, na segurança aos usuários das vias federais, no enfrentamento de crimes ambientais, de exploração sexual de crianças e de adolescentes. Nas regiões fronteiriças, ligadas por rodovias federais, intensificará a fiscalização para o combate ao tráfico de drogas e armas, ao contrabando e descaminho, destacando a necessidade de enfrentar com mais rigor a entrada de crack no Brasil. A instituição contará, em 2011, com dotação orçamentária de R\$ 262,3 milhões.

No que diz respeito à política penitenciária, de 2007 a 2009, foram investidos R\$ 748 milhões nos sistemas penitenciários federal e estaduais, com o Funpen. Segundo dados do Infopen, o Brasil possuía, em junho de 2009, uma população carcerária de 469.546 presos, sendo que, desses, 149.514 eram condenados provisoriamente. A capacidade das penitenciárias, contudo, era de apenas 299.392 vagas. O elevado déficit prisional no País se impõe, portanto, como um dos grandes desafios para o Governo na área de Segurança Pública. Para enfrentar o problema, o Depen tem disponibilizado, desde 2007, recursos para os Estados contratarem obras que visam ampliar em mais de 15 mil o número de vagas, além de recursos voltados a programas concebidos para melhorar as condições dos egressos do sistema. Em 2011, o Depen contará com orçamento de R\$ 125 milhões, sendo R\$ 54 milhões para a reestruturação do sistema penitenciário no País, que contempla construção, reforma, aparelhamento e reaparelhamento de estabelecimentos penais.

O Brasil foi o país escolhido para sediar a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. A Senasp será responsável pela coordenação de um conjunto de ações preventivas de segurança pública para a realização desses eventos.

Para tanto, o País deverá contar com uma estrutura física e organizacional, com bases sólidas, voltadas para uma complexa operação de logística e segurança, para recepcionar delegações, convidados, autoridades, profissionais de imprensa e turistas, nas cidades que sediarão os jogos. Haverá, ainda, a necessidade de implementar um programa de capacitação para os profissionais da área de Segurança Pública que atuarão nos eventos, cujo objetivo é conhecer as políticas de segurança e fornecer subsídios necessários à elaboração dos planos operacionais por parte das instituições envolvidas com a segurança dos jogos; permitir a integração com profissionais de diversos órgãos internacionais; contextualizar as reais necessidades de recursos humanos e materiais; e produzir um referencial, buscando o estabelecimento de atribuições específicas para as instituições envolvidas nos grandes eventos.

Deverão ser contratadas instituições de ensino superior para a realização de cursos de graduação tecnológica e especialização *latu sensu* para profissionais de Segurança Pública, bem como para o desenvolvimento de novos cursos para a Rede Nacional de Educação a Distância e capacitação, nessa modalidade, de profissionais em inglês e espanhol, para atuação nos citados eventos esportivos.

O programa de capacitação de policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais dos entes federativos que sediarão os Jogos Olímpicos de 2016 envolve o pagamento de auxílio financeiro a esses profissionais qualificados.

Em 2011, serão destinados R\$ 780 milhões para as ações voltadas à preparação das instituições para esses eventos, dos quais R\$ 280 milhões alocados no Fundo Nacional de Segurança Pública para a implementação de ações de inteligência e trabalhos preventivos de segurança pública, como forma de preparação das atividades que antecedem à Copa do Mundo de 2014, e R\$ 500 milhões para o pagamento de auxílio financeiro a 63 mil profissionais de segurança pública qualificados, entre policiais civis e militares, bombeiros militares e guardas municipais dos entes federativos que sediarão os Jogos Olímpicos de 2016, no âmbito do programa de capacitação do Pronasci.

A área de Segurança Pública contará com recursos da ordem de R\$ 3,95 bilhões na Proposta Orçamentária da União para 2011.

